

A COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP) NA IMPRENSA PORTUGUESA

*Isabel Ferin CUNHA**

RESUMO: A 17 de Julho de 1996 é instituída em Lisboa a Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Durante todo o mês de Julho a imprensa de referência portuguesa agenda e tematiza o Acontecimento.

Estudar e analisar estes fenómenos de Agenda e Tematização no jornalismo português é objectivo deste artigo tendo em especial atenção o viés interpretativo concedido pelo Jornal, jornalistas e opinadores.

Neste sentido, procede-se à identificação dos temas e sub-temas mais tratados, dos protagonistas mais visados e das descrições feitas dos seus respectivos países.

A argumentação e a retórica utilizada também são alvo de observação na medida em que se pretende conferir recorrências ou actualizações de uma possível matriz do discurso colonial português.

Especial atenção é concedida às matérias “*Media, Indústria Cultural, Indústria de Conteúdos, Rádio e Televisão*” tratadas com bastante insistência em todos os jornais e sempre fazendo referências à parceria com o Brasil.

Para analisar e mapear o percurso desta Agenda e Tematização do mês de Julho, sobre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, faz-se o levantamento das posteriores referências ao longo de cerca de um ano (fim do mês de Maio) e dos temas e sub-temas mais constantes. A atenção recairá, de novo, sobre a matéria “*Media...*” e sobre o campo simbólico interpretativo.

Palavras Chave: CPLP; Imprensa portuguesa.

(*) Universidade Católica de Lisboa, Portugal.

I. A COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

No dia 17 de Julho de 1996, foi instituída oficialmente, em Lisboa, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Assinaram o documento constitutivo os chefes de Estado de Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e o representante do presidente de São Tomé e Príncipe.

A imprensa de referência não só não se furtou a esta “*ocasião de estado*” (KATZ, E., 1993, p. 56) como lhe conferiu a qualidade de “*día de festa*”, celebrando em simultâneo o acontecimento. Não é portanto de estranhar que a Comunidade de Países de Língua Portuguesa tenha estado em *Agenda* durante o mês de Julho e tenha sido *tematizada* sobretudo de 13 a 24 de Julho em todos os jornais num total de cerca de 173 peças (recortes e selecção realizada pelo CIDAC, Centro de Documentação e Investigação Amílcar Cabral).

I.1. O CORPUS

O *Corpus* foi constituído com base em jornais diários (*Diário de Notícias*, *Diário Económico*, *Jornal de Notícias* e *Público*) e semanários (*O Diabo*, *Expresso* e *O Independente*) do mês de Julho. Dos diários é o *Diário de Notícias* que mais ênfase confere ao acontecimento com 64 peças publicadas, seguindo-se o *Jornal de Notícias* (33 peças), o *Público* (32 peças) e o *Diário Económico* (14 peças). Dos semanários, é o *Expresso* com 16 peças que mais espaço lhe atribui, seguindo-se *O Diabo* (9 peças) e *O Independente* (5 peças).

No conjunto, cerca de 73 peças são assinadas (incluindo 29 artigos de Opinião), identificando-se em todos os diários os jornalistas ou a equipe jornalística encarregada da cobertura do acontecimento (por exemplo, Carlos Albino no *Diário de Notícias*, Morais Fonseca no *Jornal de Notícias*, Filipe Santos Costa no *Público*).

Entre as peças salientam-se as entrevistas dos principais protagonistas: a entrevista do Primeiro Ministro de Cabo-Verde, Carlos Veiga (*Carlos Veiga: o processo de privatização e a liberalização da economia vai continuar sem hesitações*, *Diário Económico*, 04/06/96); a entrevista do Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso (Iza Salles Freaza: *Presidente do Brasil ao Expresso: Na CPLP não pode vigorar uma visão paternalista*, *Expresso*, 13/06/96); a entrevista do primeiro-secretário executivo da CPLP, Marcolino Moco (*Marcolino Moco, primeiro secretário executivo da CPLP: vamos privilegiar a vertente cultural*, ao *Expresso*, 13/07/96); as entrevistas do Presidente de Moçambique Joaquim Chissano (*Presidente Joaquim Chissano em entrevista ao Público: Portugal merece primeiro lugar em Moçambique*, *Público*, 19/07/96; Henrique Monteiro/ José Pedro Castanheira/ Nicole

Guardiola Joaquim Chissano, *o português vai continuar como língua oficial*, Expresso, 20/07/96); a entrevista do ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama (*Jaime Gama sobre a constituição da CPLP: um caminho de maturidade*, Público, 17/07/96).

Nos artigos de Opinião encontra-se Adriano Moreira (*As comunidades de cultura portuguesa*, Diário de Notícias, 02/07/96), o ex-presidente da Republica Portuguesa Mário Soares (*Um projecto para o século XXI*, Diário de Notícias, 17/07/96), o actual primeiro-ministro António Guterres (*A afirmação de uma comunidade*, Diário de Notícias, 17/07/96), além de um editorial do director do jornal, M. Bettencourt Resendes (*As palavras e os actos*, Diário de Notícias, 18/07/96) e artigos de *opinion-makers* residentes (José Medeiros Ferreira e Manuel Villaverde Cabral).

No Público escrevem, no dia 17 de Julho, o ex-embaixador do Brasil, José Aparecido de Oliveira (*Hoje nasce a CPLP*, Público, 17/07/96) e o investigador Fernando Jorge Cardoso (*Realidade e emoções*, Público, 17/07/96). Nos dias seguintes escrevem: o presidente da Associação Guineense de Solidariedade Social, Fernando Ká (*A comunidade do bem comum*, Público, 18/07/96); o ex-embaixador de Portugal junto da UNESCO, José Augusto Seabra (*Uma comunidade de povos e de língua*, Público, 18/07/96) e os *opinion-makers* residentes, José Ribeiro e Castro e José Carlos Espada.

No Diário Económico encontram-se no dia 17, o *opinion-maker* residente, Manuel Enes Ferreira (*Povos de todos os países lusófonos, uni-vos!* Diário Económico, 17/07/96) e a ex-dirigente da UNITA, Fátima Roque (*Para que serve a Comunidade de Países de Língua Portuguesa*, Diário Económico, 17/07/96).

No semanário Expresso ressalta o artigo do líder da resistência timorense Xanana Gusmão (*Timor-Leste, a CPLP e o Brasil*, Expresso, 20/07/96); o Editorial *Unidos Pela Cultura*, (Expresso, 20/07/96); o artigo do historiador e jornalista radicado em Londres António de Figueiredo (*A prolongada gestação da CPLP*, Expresso, 27/07/96), além do artigo do deputado ao Parlamento Europeu Francisco Lucas Pires (*Schengen e a Comunidade dos Países Lusófonos*, Expresso, 13/07/96”).

No O Diabo convém referir o artigo do jornalista caboverdiano radicado em Lisboa Manuel Delgado (*África*, O Diabo, 23/07/96) e do auto-designado moçambicano Sigawule Muyenzi (*Nós, você e a CPLP*, O Diabo, 30/07/96).

1.2. TEMAS E SUB-TEMAS: AS ESTRATÉGIAS

O acontecimento central – a Cimeira de instituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – surge na imprensa, como já foi dito, simultaneamente como uma “*ocasião de estado*”(português) e um “*día de festa*” (da Comu-

nidade dos Países de Língua Portuguesa) sendo que os títulos e *leads* reflectem, ora a seriedade da ocasião, ora a euforia do acontecimento.

Exemplo do cepticismo é o título e *lead* do Destaque do Público do dia 17/07/96 assinado por Filipe Santos Costa: *“O decreto não faz a comunidade: À volta da história e da língua comuns, Portugal, Brasil, Angola, Cabo-Verde, Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé criam hoje a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. O objectivo é dar aos Sete uma projecção internacional que, individualmente, não alcançariam. Na cimeira de hoje, os sete países decretam o nascimento oficial da CPLP. O que vier se verá. O estatuto de Timor-Leste fica adiado. As contas da comunidade vêm mais tarde. Até Setembro, Portugal paga sozinho”*.

Como exemplo da euforia temos um dos títulos e *leads* do Diário de Notícias, de 17/07/96: *“A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, hoje instituída em Lisboa, foi premonitoriamente enunciada por Agostinho da Silva em 1956 como “modelo de vida” assente “em tudo aquilo que (Portugal) heroicamente fez surgir do nada ou na América ou na África ou na Ásia”: Cumpre-se sonho de 40 anos”*.

À volta do acontecimento principal, a *Tematização* vem não só contextualizar sócio-económica e politicamente a informação como apresentar quadros interpretativos. Estes vinculam-se a contextos culturais e identitários das personagens envolvidas (políticos, jornalistas, *opinion-makers*, etc.), enquanto a contextualização da informação promove e enfatiza o processo de agenciamento e calendarização de sub-temas correlatos ao Acontecimento.

Na perspectiva de contextualização e sub-tematização assiste-se à enunciação das estratégias singulares (de cada país) e colectivas de todos os países envolvidos; ao apelo ao reforço (por todos os participantes) das políticas e práticas de cooperação (económica, cultural e outras); à busca de uma posição conjunta sobre o estatuto de Timor-Leste.

Na apresentação de quadros interpretativos identificam-se duas estratégias cognitivas específicas: uma favorável ao Acontecimento e confiante nos seus desdobramentos; e uma segunda estratégia interpretativa, relutante e céptica quanto ao Acontecimento e aos seus desdobramentos. Estas questões serão abordadas separadamente no item 4.3. *A Matriz colonial: recorrências e actualizações*.

Na enunciação das estratégias singulares faz-se referência à geo-estratégia de cada país, às condicionantes políticas, económicas e culturais, internas e externas, assim como ao seu posicionamento nos grandes blocos continentais.

Quando se fala do Brasil, referem-se não só as transformações económicas da década de 90, estabilização da inflação, abertura comercial e modernização

industrial, como a sua integração no Mercosul e as estratégias (adiadas ou futuras) do Brasil frente à criação da CPLP.

Ex: “*O Brasil, o gigante económico da CPLP, iniciou a reestruturação e as reformas económicas no começo da década de 90....O processo de abertura comercial e o início das privatizações de empresas estatais marcaram o começo da transformação gradual desta economia. Simultaneamente, dava-se o aprofundamento da integração económica com os países vizinhos, com a criação do Mercosul*” (*Plano Real cria retoma no Brasil*, Diário de Notícias, 22/07/96).

Por outro lado, as estratégias do Brasil face à CPLP também são inventariadas no momento em que se transcrevem estratos da imprensa brasileira alusivos à criação da CPLP afirmando ser “*um investimento de risco e a longo prazo*’, pois, *‘a curto prazo, o Brasil tem muito pouco a receber dos países africanos’*” (*Ministros dos Estrangeiros dos Sete acertam últimos detalhes: CPLP, dia 0*, Público, 16/07/96).

Um outro exemplo da atribuição de estratégias específicas a cada país, poderia ser o caso de Moçambique. No *Destaque*, anteriormente citado, do jornal Público, contrapõe-se à inserção regional na Commonwealth a necessidade de distinção, frente aos países anglófonos, gerada por essa inserção.

Ex: (Costa, Filipe Santos. *Destaque: Moçambique*. Público, 17/07/96) “*Conduzindo pela esquerda, a denotar uma forte influência do mundo que os britânicos criaram e a vizinhança avassaladora da África do Sul, não pôde deixar de pedir a adesão à Commonwealth, mas tem precisamente na CPLP o contraponto para conseguir manter a sua individualidade, sem se deixar afogar num mar anglófono*”.

Quanto às estratégias singulares portuguesas as referências são inúmeras quer na generalidade das peças, quer nos artigos de opinião, oscilando na ênfase atribuída ora ao posicionamento de Portugal no interior da UE, ora ao país soberano e portador de uma História universal.

Por exemplo, como afirma o secretário de Estado da Competitividade e Internacionalização “*independentemente da participação na UE ser uma prioridade, Portugal tem de ter uma estratégia de posicionamento no mundo que potencie laços históricos, culturais e linguísticos com os países africanos de língua portuguesa e com o Brasil*” (*Cooperação empresarial na Comunidade de Povos de Língua portuguesa: trocas são ínfimas*, Diário de Notícias, 16/07/96).

A consonância das duas perspectivas anteriormente referidas encontra-se nas afirmações do Secretário de Estado da Cooperação, José Lamego, na entrevista ao Jornal de Notícias a “*CPLP é um trunfo no jogo Europeu*” (Jornal de Notícias, *Língua Portuguesa a uma só voz*, 17/07/96), assim como na entrevista do anterior primeiro ministro Prof. Cavaco Silva na cerimónia de constituição da

CPLP “*coroação de uma comunidade nascente que ajudará a afirmação de Portugal no Mundo e ao reforço do prestígio e da credibilidade do país*” (*Portugal reforçou o seu prestígio – disse Cavaco Silva*, Jornal de Notícias, 18/07/96). Ou ainda no artigo do correspondente do Diário de Notícias em Bruxelas, “(a CPLP) *vai contribuir para consolidar, no seio da União Europeia a importância de Portugal como elo de ligação privilegiado com todos os seus membros africanos e o Brasil*” (Fernando de Sousa. *Papel de Portugal reforçado na UE*, Diário de Notícias, 18/07/96).

Na enunciação das estratégias colectivas parece ser possível diferenciar dois níveis: um nível consensual vinculado à globalização económica crescente, à mundialização das trocas e aos compromissos regionais; e um outro nível, pragmático, de efectivação e negociação de vantagens e acordos pontuais.

As afirmações de José Lamego, na abertura do Seminário sobre Cooperação Económica Empresarial na CPLP, organizado pela revista ELO, são sem dúvida exemplificativas dessa estratégia global: “*Lamego afirmou que a CPLP constituirá um veículo de relações entre a União Europeia, o Mercosul e a África Austral, adquirindo uma dimensão atlântica e africana de maior relevância.*” (*Cooperação empresarial na Comunidade de Povos de Língua Portuguesa: trocas são ínfimas* Diário de Notícias, 16/07/96).

Na mesma direcção vão as palavras do Presidente de Cabo-Verde, António Mascarenhas Monteiro ao enfatizar a estratégia global e ao justapor as estratégias culturais e identitárias “*A constituição da CPLP permite aos sete países a sintonia ‘com o movimento universal deste fim de milénio, de procura de grandes espaços geopolíticos, económicos e culturais mas também de consensos e de afinidades entre os homens’*” (*Não defraudar as expectativas*, Diário Económico, 17/07/96).

Não admira, portanto, que esta última perspectiva inerente à preservação e consolidação da língua, da cultura e da identidade comum, estejam presentes em grande número de artigos de opinião portugueses nomeadamente nos artigos de autoria do ex-Presidente da República, Mário Soares (*Um projecto para o século XXI*, Diário de Notícias, 17/07/96) e do primeiro ministro António Guterres (*A afirmação de uma comunidade*, Diário de Notícias, 17/07/96). Mas ela também está presente nas afirmações do ex- embaixador do Brasil em Lisboa, José Aparecido de Oliveira (*Hoje nasce a CPLP*, Público, 17/07/96) e nas do primeiro secretário executivo da CPLP, Marcolino Moco (*Marcolino Moco, primeiro secretário executivo da CPLP: vamos privilegiar a vertente cultural*, Expresso, 13/07/96). A consolidação deste consenso consubstancia-se no ponto 2 do Comunicado Final da constituição da CPLP.

Ex: “2. *Os chefes de Estado de Governo reafirmaram a sua determinação e empenho em que a comunidade, que tem na língua portuguesa um património históri-*

co comum, seja dotada de mecanismos e instrumentos que, reforçando os vínculos seculares que os unem, valorize também a sua acção externa ao serviço dos valores da paz, da democracia, do Estado de direito, do desenvolvimento e da justiça social (Comunicado final: Texto integral do comunicado final da sessão de trabalho da conferência de chefes de Estado e de Governo constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Diário de Notícias, 18/07/96).

Mais contundentes e explícitos são os chefes de estado dos PALOP. Confirmando as estratégias inerentes à afirmação da Comunidade perante uma crescente globalização e a importância da língua e da cultura, apelam sobretudo e persistentemente à concretização de acções de cooperação. Como afirma Manuel Enes Ferreira e Rui Almas “(...) *são exactamente os Estados mais pobres (...) aqueles que fazem sobressair a prioridade da economia sem descurar, em segunda linha, a vertente linguístico-cultural: Guiné-Bissau, São Tomé e Moçambique*” (Rev. Política Internacional: 25-71, 1996).

Por exemplo, o Presidente da Guiné-Bissau Nino Vieira afirma que a CPLP “(...) *‘deve ultrapassar esses desafios (os factores que poderão enfraquecer a cooperação, como o distanciamento geográfico e a inserção em zonas geopolíticas e económicas naturais) indo para além dos objectivos puramente políticos e culturais, para transformar-se num instrumento de desenvolvimento económico, de cooperação e de transferência de tecnologias’* (Aspirações e interrogações, Diário Económico, 17/07/96).

De igual forma o Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano refere que a CPLP “... *‘vai significar um incremento da cooperação multilateral em vários domínios, começando pelos de índole cultural, educacional e social, mas também em domínios económicos’*. Trará também *‘uma maior confiança para os investidores tanto portugueses como brasileiros e por outro lado, vai dar um novo conteúdo à cooperação que já existe entre os PALOP’*” (Transcrição do artigo de Fátima Roque. *Para que serve a Comunidade de Países de Língua Portuguesa?* Diário Económico, 17/07/96).

A mesma perspectiva – implementar a cooperação desenvolver as trocas comerciais – encontra, também, eco nas palavras do ministro dos Negócios Estrangeiros Jaime Gama e no ministro da Economia, Augusto Mateus.

O ministro dos Negócios Estrangeiros é incisivo ao afirmar: “*(A língua) É condição necessária, mas não suficiente. A própria constituição da comunidade revela o empenho em desenvolver mecanismos de cooperação e acção que potenciem a realidade da língua*” (Filipe Santos Costa: *Jaime Gama sobre a constituição da CPLP: um caminho de maturidade*, Público, 17/07/96); enquanto o ministro da Economia defende, no encerramento do Seminário sobre Cooperação Económica e Empresarial organizado pela ELO, que “*a política económica portuguesa passe pelo reforço dos laços com a Europa, em simultâneo com a África e o resto do mundo por-*

*que estamos num tempo de globalização'...' A cooperação tem muito que ver com a racionalidade económica...é um jogo pela positiva onde, em parceria, todos encontram vantagens' para o ministro, no entanto, a cooperação económica e empresarial 'está ao serviço das populações'" (transcrição do Jornal de Notícias, *Cooperação económica deve ser pragmática: defende Augusto Mateus*, 17/07/96).*

Existe, portanto, para os protagonistas envolvidos (principalmente para os portugueses e africanos) uma dupla perspectiva – evidentemente, sujeita a gradações – acerca das prioridades da CPLP: uma prioridade essencialmente cultural e linguística, ou um esforço essencialmente económico.

2. A MATRIZ COLONIAL: RECORRÊNCIAS E ACTUALIZAÇÕES

O que ressalta deste conjunto de peças sobre a instituição da CPLP é a denúncia e a consciencialização de todos os actores (portugueses e Lusófonos) da existência de uma Matriz discursivo-cognitiva colonial. Uma Matriz percebida como contraditória, visto que simultaneamente enuncia e inibe a acção, sendo identificada genericamente por “*os discursos*” e “*as retóricas*”.

Ex: No artigo de opinião de José Aparecido de Oliveira a confrontação entre a retórica sentimental e as acções concretas “*Mas, assim como a CPLP não vai viver apenas do nosso orgulho linguístico ou de nossas retóricas sentimentais, comecem a ser estruturados os aparelhos de sustentação que lhe hão-de dar vitalidade e eficácia*” (*Hoje nasce a CPLP*, Público, 17/07/96). Na peça “*Sete por Sete: Foram precisos sete anos para que os Sete se declarassem prontos a falar a uma só voz*” lê-se: “*...Receando o pior, o guineense Nino Vieira alertou para os “meandros burocráticos” em que se “perderam tantas alianças”. José Eduardo dos Santos colocou o dedo na ferida, ao frisar que “um dos primeiros testes” será dar o salto da “retórica sentimental e grandiloquente...para um esforço de solidariedade e entreajuda”*” (José Pedro Castanheira, Expresso, 20/07/96).

É esta Matriz de “*discursos*” e “*retóricas*” que parece definir um “*espaço simbólico*” de vivência histórica comum e enunciar os intercâmbios futuros (económicos, culturais, linguísticos...) que todos os protagonistas procuram confirmar (ou pelo menos aceitar), mesmo quando o denunciam como “*retóricas*” e “*discursos*” estéreis. O que permite inferir que existe um consenso tácito sobre esse “*espaço simbólico*” e a necessidade de o reforçar através de um discurso renovado de acções.

Por exemplo, José Ribeiro e Castro escreve: “*Foi o caso do primeiro-ministro António Guterres a afirmar na rádio que a Comunidade não pode ‘transformar-se*

numa lenga lenga'. Ou o Presidente angolano querendo olhar e apontando para além da mera 'retórica sentimental e grandiloquente'. Afirmações que levam este *opinion-maker* a concluir: “*É curioso como se generalizou a tendência de políticos, mesmo quando discursam, evidenciarem menos confiança nos seus discursos. Discursam contra os discursos. É moda. Eles lá sabem*” (*Recentragem: porque sim*, Público, 20/07/96).

Se parece não subsistirem dúvidas na percepção de um certo “*espaço simbólico*” comum – a que a matriz discursiva colonial não parece ser alheia – manifestam-se, contudo, diferenças na sua identificação. Estas diferenças vão-se reflectir quer no processo de *Tematização* realizado pela imprensa, quer no momento da apresentação – ao que se supõe ser o leitor-padrão – de quadros interpretativos próprios.

Uma primeira estratégia apresenta elementos da “*Emoção positiva*” do discurso mítico colonial. Ela é favorável ao Acontecimento e está confiante nos seus desdobramentos, sem contudo deixar de “*modernizar e actualizar*” a Matriz inicial. A segunda estratégia interpretativa é relutante e céptica quanto ao Acontecimento e aos seus desdobramentos recorrendo e actualizando a “*Emoção negativa*” da mesma Matriz colonial. A última estratégia parece querer preservar e reforçar o “*espaço simbólico*” comum utilizando e actualizando de forma pragmática e instrumental os elementos do discurso mítico.

Na primeira estratégia a concepção da “*Emoção positiva*”, própria ao “*Ser português*” e ao espaço de língua e cultura portuguesa, manifestar-se-ia na reformulação da acção, na adaptação ao meio envolvente e sobretudo na capacidade de “*refazer utopias*”. São os textos de opinião que mais reflectem esta crença, independentemente de muitos deles terem um certo fundo programático. Isto é, a crença de que os “*discursos*” devem acompanhar “*acções*”.

Por exemplo, no artigo do ex-Presidente da República Mário Soares, ressalta a convicção que o sonho e a utopia são características inerentes ao “*Ser português*” e portanto, um legado da cultura portuguesa: “*A CPLP é um projecto para o futuro, criado pelos Estados membros que a compõem e impulsionado pelos governos respectivos*” (*Um projecto para o século XXI*, Diário de Notícias, 17/07/96). A mesma crença, agora tornada realidade, é referida pelo ex-embaixador do Brasil em Portugal, José Aparecido de Oliveira: “*Esta segunda utopia do mundo lusíada é hoje uma realidade, alcançada com a grandeza de nosso coração, com a força de nosso cérebro e com o vigor da vontade de nossos povos*” (*Hoje nasce a CPLP*, Público, 17/07/96).

É neste momento que se evocam preferencialmente os “*país fundadores*” da ideia de Comunidade, como o faz Adriano Moreira no artigo “*As comunidades de cultura portuguesa*” (Diário de Notícias, 02/07/96) atribuindo à Sociedade de

Geografia de Lisboa a iniciativa de organizar, nos anos 60, dois congressos (um em Lisboa e um outro em Moçambique) onde se discutisse “*um novo conceito de relacionamento para todas as comunidades de cultura portuguesa*”. Uma evocação dos pioneiros que sonharam a CPLP de ambos os lados do Atlântico faz, também, Mário Soares no artigo de opinião anteriormente citado: “...*Sílvia Romero, João de Barros e João do Rio, co-directores da revista Atlântida; Nuno Simões, o grande sociólogo Gilberto Freire, Jaime Cortesão, Casaes Monteiro, Agostinho da Silva e o angolano Castro Soromenho*” e ainda “...*o meu saudoso amigo Joaquim Barradas de Carvalho, historiador, que havia sido professor de grandes figuras universitárias, como Anita Novinsky, Fernando Perrone, João Paulo Monteiro e o actual Presidente Fernando Henrique Cardoso. A Comunidade era então uma mera aspiração longínqua...*”. E de forma diferente o ex-embaixador do Brasil, José Aparecido de Oliveira (no artigo já citado) contrapõe à sua experiência de aquisição de língua e cultura a vontade de participar numa Comunidade alargada.

No interior do quadro interpretativo que faz apelo à “*Emoção negativa*” ressalta a descrença na capacidade do “*Ser português*” em empreender e concretizar “*Ações*”. Os “*discursos*” e as “*retóricas*” terão tendência a suplantar as práticas, sendo a utopia ou o sonho um factor paralisante. São principalmente os jornalistas os “*indutores*” desta interpretação presente nos títulos, nos *leads* e nas peças.

Por exemplo, temos o título e o desenvolvimento da peça “*Comunidade de Países de Língua Portuguesa: Sete países em Comunidade celebram sete anos de equívocos diplomáticos*” (Eunice Lobo Goes, Diário Económico, 17/07/96), onde se faz o seguinte relato dos contextos de constituição da CPLP: “...*Mas ainda a CPLP não tinha sido constituída e já choviam críticas ao pendor tendencialmente económico e empresarial da comunidade. E até ao último minuto, a sua criação foi envolvida de inúmeras peripécias reveladoras das pequenas “guerras” por protagonismo das várias diplomacias lusófonas*”. Mais à frente continua “...*Mesmo assim, há quem sustente que a missão que os Sete se propuseram cumprir é demasiado ambiciosa. Os países africanos, com grandes debilidades económicas e inúmeras careências a nível social encaram, na sua maioria, a CPLP, como mais um veículo para obter “ajudas ao desenvolvimento”. Os países “ricos” da comunidade, Brasil e Portugal tem limitações óbvias à concessão dessa ajuda*”.

Outro exemplo da carácter indutor de cepticismo é o texto da peça “*Língua portuguesa a uma só voz: povo de Timor é o grande ausente do acto fundador da Comunidade*” (Morais Fonseca, Jornal de Notícias, 18/07/96), onde se lê: “*A Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi ontem finalmente constituída. Antes da sessão solene, Sampaio advertiu que a comunidade precisa de democracia*

para evoluir, recusando lógicas interesseiras e calculistas. Lamentou, também, a ausência de Timor-Leste do acto fundador; mas seria Guterres quem, subtilmente, recordaria a responsabilidade do Brasil perante o povo maubere. Já os países africanos preferiram apelar para a cooperação concreta, ou seja, económica. E Fernando Henrique Cardoso optou por deixar um cheque de quatro milhões de dólares. Assim Portugal não pode dizer que paga tudo sozinho...

Não se põe em causa a CPLP como Comunidade, mas sim a sua efectivação e principalmente a capacidade de Portugal liderar este processo não possuindo meios económicos persuasivos. Talvez não sejam por acaso as comparações (feitas por políticos e ironizadas pelos jornalistas) com as outras Comunidades de Língua, nomeadamente com a Commonwealth, a Comunidade dos Países Francófonos ou ainda com a Comunidade Ibero-Americana. Comparações que remetem para o “velho” mito da pequenez de Portugal perante a Europa. Mito que acaba por se realizar nas suas duas variantes: na variante positiva assumida pelos políticos – Portugal sendo um país pequeno e de fracos recursos leva a bom termo uma tarefa que exige habilidade e grande tino diplomático; na sua variante negativa assumida pelos jornalistas – Portugal tenta realizar mas fica-se pela imitação.

Assim, por exemplo, o jornalista Filipe Santos Costa escreve “*Os solavancos da CPLP são passado, como farão questão de frisar os chefes de Estado de Governo dos Sete quando discursarem na sessão de abertura da cimeira.*” e mais à frente comenta estas hipotéticas declarações “*... Logo se verá quem traça o destino mais ambicioso para a novata comunidade*”. Em seguida, cita o ministro português dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, e a sua concepção da CPLP como um projecto “*que descentraliza a vida internacional, porque, a par da comunidade britânica e da francofonia, passa agora a haver na cena internacional a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*” (*Destaque: O decreto não faz a comunidade*. Público, 17/07/96).

2.1. UM NOVO ESPAÇO SIMBÓLICO: OS MEDIA E A INDÚSTRIA CULTURAL

Enquanto é generalizada a denúncia do excesso de “discursos” e “retóricas” na organização do “*espaço simbólico*” que se considera comum (espaço de língua, cultura, história e “*saudades*”), a perspectiva de actualização dentro de uma racionalidade pragmática – no interior desse mesmo espaço – só está presente nos “discursos” de alguns detentores “*profissionais*” de poder simbólico.

Se Mário Soares (*Um projecto para o século XXI*, Diário de Notícias, 17/07/96) é optimista relativamente à função dos *Media* na sociedade global ao atribui-lhes a função de “*promover o conhecimento recíproco*”, de explicar realidades

distintas e levar a uma “*efectiva cooperação, interajuda e solidariedade*”, não há dúvida de que conhece e reconhece o papel potencial dos *Media* na construção social da realidade de uma Comunidade. De forma mais directa o Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso afirma “....*Temos que valorizar a produção cultural da nossa comunidade, porque se ela for forte entra no mercado mundial. Será a primeira comunidade onde a produção cultural vai puxar o resto, isto é, o desenvolvimento político e económico. E vai dar certo, tenho a certeza.*” (*Presidente do Brasil ao Expresso: na CPLP não pode vigorar uma visão paternalista*, Expresso, 13/07/96).

Estamos, portanto, perante uma outra estratégia que parece querer preservar e reforçar o “*espaço simbólico*” comum utilizando e actualizando de forma pragmática e instrumental elementos do discurso mítico. Talvez não seja por acaso o facto de quase todos os seus adeptos serem políticos proeminentes (portugueses e brasileiros), homens ligados às empresas *Media* e alguns professores e sociólogos.

Por exemplo, no editorial “*Unidos pela cultura*” do Expresso lê-se: “*A cultura é habitualmente encarada como uma área incapaz de movimentar grandes massa ou importantes interesses. É incorrecto pensar assim. Da educação à investigação científica, da música ao teatro e ao cinema, da literatura ao desporto, a cultura, considerada em sentido lato, é susceptível de mobilizar grandes meios e interessar muita gente. Os países de língua portuguesa podem promover riquíssimas trocas se experiências no campo do ensino, fazendo circular no seu espaço livros e professores; e o mesmo pode acontecer na investigação e na medicina, por exemplo. Há, depois, a área do espectáculo. O intercâmbio de músicos, cantores, actores, realizadores, técnicos de várias especialidades, é possível e desejável....A realização regular de co-produções musicais, teatrais, televisivas e cinematográficas é outro objectivo alcançável a curto prazo*” (*Unidos pela cultura*, Expresso, 20/07/96).

A inserção no contexto da constituição da CPLP do “*Forum das Comunicações*” (realizado de 10 a 12 de Julho) que envolveu encontros paralelos de profissionais dos *Media* (nomeadamente de Jornalistas), a assinatura no final do Forum da “*Declaração de Lisboa*” constitutiva da Associação de Televisões de Língua Portuguesa (dando ênfase às telecomunicações, aos *Media* e às outras indústrias do espectáculo), são, só por si, acções demonstrativas da importância conferida a este sector estratégico.

O reconhecimento da língua e de certos elementos culturais como matéria-prima leva José Lamago, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, a afirmar no “*Forum das Comunicações*”: “*A circunstância de a Língua Portuguesa ser falada por 200 milhões de pessoas em todo o mundo, confere-lhe o direito de projecção e afirmação, o que passa em grande medida pelos grandes meios*

de difusão – imprensa, rádio, televisão e agências de imprensa” (*Língua Portuguesa como factor de progresso*, Jornal de Notícias, 14/07/96).

O reconhecimento dos *Media*, nomeadamente da Televisão e da Rádio na preservação e reconstrução simbólica de um espaço que se diz comum, toma foros de sobrevivência identitária, quer para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (invadidos por programações em língua francesa ou inglesa, dos países vizinhos) quer para Portugal (sujeito simultaneamente a uma dupla pressão cultural massificante, a produção global e a produção latino-americana). Reconhecendo a urgência e a oportunidade do momento, os responsáveis portugueses do sector público tentam efectivar uma aliança com o mesmo sector do Brasil, seu possível concorrente, assim como coordenar acções (nomeadamente de formação) com os operadores públicos de todos os outros países envolvidos.

Dentro deste contexto refere-se a refundação (já fora fundada há oito anos, sem grandes resultados aparentes) da associação de “*Televisões de Língua Portuguesa*”, todas pertencentes ao sector público, que inclui: a TPA, de Angola; a TV Abril, a TV Cultura e a TV Educativa, do Brasil; a TNCV, de Cabo Verde; a TVM de Moçambique; a RTP e a TVS de São Tomé e Príncipe. Esta refundação teria como objectivos não só isolar o sector privado – nomeadamente a aliança SIC-GLOBO, com interesses declarados em Angola e Moçambique – como manter uma certa filosofia de serviço público, controlada pelos governos, no espaço lusófono.

Todas estas movimentações parecem dar visibilidade a uma nova estratégia de reformulação e manutenção do espaço simbólico que se considera comum, à sombra de um Acontecimento cujas dimensões, mais do que económicas ou políticas, são, por si só, simbólicas.

3. UM ANO DE CPLP NA IMPRENSA PORTUGUESA

De Agosto de 1996 a Maio de 1997 nos mesmos jornais de referência contabilizaram-se cerca de 257 peças referentes à CPLP, sendo Abril o mês com maior número de peças (cerca de 44) e o Diário de Notícias o jornal que mais espaço conferiu ao tema.

Do conjunto ressalta uma *Agenda de acontecimentos encenados* (ou *pseudo-acontecimentos*, isto é, produzidos apenas com o fito de receberem cobertura mediática, por exemplo as inúmeras “*Iniciativas*” anunciadas e não concretizadas) e de *acontecimentos mediatizados* (aqueles que são influenciados pelos *Media*, por exemplo determinadas declarações e entrevistas de políticos). Mais raros são os *acontecimentos genuínos* em Agenda, caracterizados por serem inde-

pendentes da cobertura noticiosa e da acção dos *Media* e por se situarem no campo da efectivação, por exemplo, o início da emissão da rádio da Igreja (Rádio Renascença) para África e o Brasil (KEPPLINGER, H. M. e HABERMEIER, J.: 1995).

A *Tematização* faz-se em torno de alguns Acontecimentos-chave (sejam eles *encenados*, *mediatizados* ou *genuínos*) gerando uma rede de acontecimentos tematicamente relacionados.

Dentro deste contexto – grande número de Acontecimentos tematicamente relacionados – convém referir o tema “*Media*”, e os sub-temas “*Indústria Cultural, Indústria de Conteúdo, Rádio e Televisão*”, assim como o tema Língua igualmente tratado na perspectiva de “*Indústria Cultural, Indústria de Conteúdo, Rádio e Televisão*”.

A preocupação com a “*Efectivação e o Financiamento da CPLP*” constitui um outro grupo temático que inclui a referência às “*Divergências e às diferentes Estratégias*” dos países integrantes da Comunidade com especial ênfase para o papel do Brasil.

São ainda de notar as referências à Matriz discursivo-cognitiva colonial presentes em alguns artigos de opinião e em quadros interpretativos de peças jornalísticas. Mas a grande novidade deve-se ao facto das referências fazerem parte de uma argumentação (de sinal positivo) que tende a contrapor essa Matriz à crescente globalização económica e simbólica.

3.1. EFECTIVAÇÃO, FINANCIAMENTO E ESTRATÉGIAS

Durante todo o ano os jornais portugueses fazem eco à necessidade de “*Efectivação e Financiamento*” das estruturas da CPLP transcrevendo afirmações do Secretário-Geral Executivo (o angolano Marcolino Moco), do Secretário-Executivo Adjunto, o são-tomense Rafael Branco, e dando ênfase às declarações de políticos e empresários originários de países da Comunidade.

Na reunião do primeiro Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em 26 de Setembro em Nova Iorque, são dados passos para a “*Efectivação e Financiamento da CPLP*” discutindo-se “*o valor das cotas fixas a pagar por cada país membro, as contribuições voluntárias...e as prioridades nos projectos de acção do primeiro ano de vigência.*” (Moco quer apressar ratificação da CPLP, *Jornal de Notícias*, 25/9/96), seguindo-se a aprovação do orçamento “*... de 2,4 milhões (491 mil dólares em quotas e dois milhões para Fundo Especial para acções de cooperação), até ao fim deste ano*” (CPLP: Projectos concretos e incentivos fiscais, *Jornal de Notícias*, 28/9/96).

Na mesma reunião são, também, enunciadas prioridades no âmbito da efectivação “*os Sete deverão proceder à rápida adopção dos mecanismos constitucionais de ratificação do Tratado da CPLP, por forma a torná-lo definitivo*”; das iniciativas político-institucionais “*o estudo da possibilidade de promoção de entendimentos que favoreçam políticas e modalidades comuns de atribuição de vistos de passagem e residência*”, assim como das medidas relativas a políticas de imigração, segurança e luta contra a criminalidade e o tráfico de droga (*CPLP: Projectos concretos e incentivos fiscais*, Jornal de Notícias, 28/9/96). Ao nível diplomático pretende-se uma colaboração diplomática em questões de interesse comum, com particular destaque para a questão Timorense. No domínio da Língua refere-se a criação de bibliotecas nos PALOP, a divulgação da literatura dos CPLP, de Teatro e a necessidade de desenvolver a Rádio e a TV no espaço CPLP.

As críticas à incapacidade de efectivação e de concretização surgem com regularidade do exterior (Jornais, sociedade civil) e no interior (dirigentes políticos) da CPLP. As críticas dos Jornais centram-se “*...na evidente falta de dinheiro, logo seguida da habitual disputa pelos lugares de liderança*.” (José Luís Carneiro: *Cem dias sem obra*, O Independente, 31/10/96) e nas diferentes estratégias ou/e prioridades dos Países da Comunidade em integrar-se em espaços económicos regionais, tais como a Commonwealth no caso de Moçambique, o Mercosul para o Brasil, a Zona do Franco para os Países Africanos do Atlântico.

São também denunciados os atrasos (com excepção de Cabo Verde) nas formalidades político-administrativas para ratificação dos instrumentos, *Declaração Constitutiva e Estatutos da CPLP*, prova de vida da organização, em comparação com a celeridade de alguns negócios, como por exemplo, a aliança entre a Telebrás, empresa brasileira de telecomunicações e a congénere portuguesa, Telecom. (Carlos Albino: *CPLP ainda sem prova de vida: seis meses depois de constituída, a Comunidade Lusófona está cheia de boas intenções, mas continua em regime provisório*, Diário de Notícias, 30/12/96).

O carácter estatizante da CPLP é evidenciado, frequentemente, atribuindo-se-lhe a burocratização e morosidade nos processos e importância da sociedade civil (por exemplo, Iniciativas e Projectos dos Sete, de carácter cultural e científico), e da iniciativa privada (por exemplo, acordos entre empresas e instituições privadas) na efectivação da Comunidade.

O tema “*Divergências*” associa e relaciona, também, grande número de peças ao longo do ano, nomeadamente após a proposta “*incómoda*”, feita pelo Secretário Geral Executivo Marcolino Moco, de abolir os vistos de entrada que actualmente vigoram nos sete Estados-membros. (*Livre circulação no espaço dos ‘sete’ é proposta incómoda*, Jornal de Notícias, 24/12/96). Seguem-se críticas de

todos os quadrantes (Governo e sociedade civil) à falta de oportunidade política desta proposta, uma vez que, como diz o secretário adjunto Rafael Branco “...até ao passado dia 8 apenas três dos sete países – Portugal, Brasil e Moçambique – pagaram a quota anual, no valor de trinta mil dólares (4.5000 contos). Por outro lado, só Portugal e o Brasil deram uma contribuição suplementar, no valor de cem mil dólares” (Queixa do número dois: CPLP está paralisada, Expresso, 11/01/97).

As divergências entre Marcolino Moco e o Governo Português relativamente ao financiamento e à estrutura logística da CPLP (Paulo F. Silva: *Governo Português e CPLP em ‘sintonias’ diferentes*, Jornal de Notícias, 6/03/97) leva este último a apoiar tacitamente o Secretário Adjunto, não só dando-lhe visibilidade pública (lançamento do *Boletim Oficial da Comunidade de Países de Língua Portuguesa*) como confiando-lhe missões externas à CPLP (Paulo Pinto Mascarenhas, José Luís Carneiro: *Lisboa não quer Moco na CPLP: Marcolino contra Branco...Portugal preferia ver Branco no lugar de Moco*, O Independente, 28/02/97).

3.1.1. O “NOSSE PROBLEMA” COM O BRASIL

Críticas especiais vão para o Brasil e para as reticências que parece manter relativamente à instituição apesar de contribuir monetariamente para a sua efectivação e funcionamento. “O Brasil fez, por seu lado, uma contribuição voluntária de 600 mil contos no acto constitutivo da CPLP mas, desde então, já se levantam algumas dúvidas quanto ao seu empenho no futuro da organização, uma vez que África não é uma prioridade da sua política externa” (Fernando Lima: *CPLP à procura de visibilidade na cena internacional*, Jornal de Notícias, 3/08/96).

Este financiamento é posteriormente sujeito a contextualização e enquadramento dentro das prerrogativas orçamentais brasileiras “... essa foi mais uma das operações de charme de Brasília. Isto porque “o que o Governo brasileiro fez foi proceder ao reajustamento das verbas inscritas no orçamento para a cooperação bilateral, transferindo-as para o âmbito da CPLP” (José Luís Carneiro: *Cem dias sem obra*, O Independente, 31/10/96).

A diferença de prioridades entre Portugal e o Brasil no que se refere aos Países Africanos de Língua Portuguesa (demonstrada na visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao continente africano, em Janeiro (de 1997), quando não visita Angola nem Moçambique) também é avançada – desta vez pelo secretário adjunto Rafael Branco – como sendo uma das razões para as dificuldades de funcionamento da CPLP. “A recente visita do Presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, ao continente africano gerou algumas reacções de desconfiança em Luanda e Maputo que não se imaginariam depois de ter sido criada

a CPLP” (Fernando Lima: *Consolidação da CPLP dependente dos meios*, Jornal de Notícias, 20/01/97). ”.

Mais contundente quanto às “culpas” brasileiras na “paralisia da CPLP” é o Editorial do director do Diário de Notícias, Mário Bettencourt Resendes, atribuindo à diplomacia e à política partidária brasileira a escolha de um dirigente sem perfil adequado. “*Sejamos claros: o ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, Luís Filipe Lampreia, é o responsável objectivo por muitas das dificuldades do arranque da CPLP. Foi Lampreia que inventou o absurdo critério alfabético para o preenchimento do cargo do secretário executivo da Comunidade, remetendo para um dirigente angolano uma função que deveria ter sido preenchido, em primeiro lugar, por José Aparecido de Oliveira*” (M. Bettencourt Resendes: *Os equívocos da CPLP*, Diário de Notícias, 14/02/97). Esta sugestão do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, é atribuída a conflitos partidários internos, nomeadamente, ao “combate político” entre luso-tropicalistas românticos – como os ex-presidentes José Sarney e Itamar Franco e o ex-embaixador José Aparecido – e o “grupo Paulista” actualmente no governo, adepto de uma diplomacia pragmática de resultados (Joaquim T. de Negreiros: *Combate político brasileiro tem eco na CPLP: conflitos em português*, Público, 5/03/97).

Estes conflitos e a pressão exercida por Luanda para colocar Moco, uma personagem incómoda ao governo de Dos Santos, teriam inviabilizado a candidatura do ex-embaixador José Aparecido. (*Marcolino Moco no centro da polémica*, O Diabo, 4/03/97).

A desconfiança relativamente aos interesses brasileiros e ao relacionamento com o Brasil é nítida na transcrição de uma afirmação de Salazar feita pelo brigadeiro David Martelo, *opinion-maker* do Jornal de Notícias; “*Tenho negociado com todo o mundo, desde os ingleses aos japoneses, e sempre no fim se apura qualquer coisa, quinze por cento, dez por cento dos esforços feitos; mas com o Brasil não sei o que é, não se apura nada. É mensagem para lá, mensagem para cá, e nada*” (David Martelo: *Da conquista de Ceuta à CPLP*, Jornal de Notícias, 21/02/97).

É neste sentido que um outro *opinion-maker* escreve sobre a necessidade de conquistar o Brasil para o universo da lusofonia “...*criando mecanismos de conhecimento recíprocos, e a nível económico, plataformas de participação e partenariado...*” (Pedro Rebelo de Sousa: *Lusofonia: reflexão estratégica*, Expresso, 22/02/97), enquanto o maior partido da oposição portuguesa o PSD, propõe que seja concedido ao Brasil um estatuto adjacente à CPLP segundo a fórmula 6+1 (Morais Fonseca: *CPLP: Governo recusa cimeira de urgência: José Lamago e PS acusaram o PSD de procurar secundarizar o Brasil na comunidade*, Jornal de Notícias, 17/04/97).

3.2. OS MEDIA COMO ESPAÇO DE LUSOFONIA

Ao longo deste ano é perceptível, através da imprensa, a busca e consolidação de estratégias para os *Media* no espaço da CPLP. Estas estratégias estão presentes tanto nos Acontecimentos (*encenados*, *mediatizados* ou *genuínos*) referidos nas peças, como nos quadros interpretativos dos jornalistas e *opinion-makers*, assim como nas transcrições de afirmações de personalidades de todos os quadrantes políticos e sociais.

A par da Língua e da criação do Instituto Internacional da Língua, temas constantemente referidos na óptica da defesa da identidade, dos valores culturais e da preservação da soberania frente ao processo de mundialização em curso (Adriano Moreira: *O Instituto Internacional de Língua*, Diário de Notícias, 13/08/96) surge a concepção da Língua e da cultura como “*matéria prima*” dos *Media*.

Esta perspectiva presente, desde o início da CPLP, nas afirmações dos políticos e homens dos *Media* brasileiros (apesar da iniciativa para a criação do Instituto ter partido do ex-presidente do Brasil, José Sarney) torna-se, também, constante do lado português.

Assim, enquanto o secretário de Estado da Cooperação, José Lamego, afirma depositar mais fé no papel das televisões e nos acordos entre ministros da Cultura dos Sete para a expansão e consolidação da Língua do que no Instituto Internacional da Língua Portuguesa (*CPLP: Lamego liquida instituto*, Diário de Notícias, 9/01/97) muitas são as vozes temerosas, pela preponderância brasileira, ou assertivas, sobre o papel dos *Media* e indústrias afins no espaço lusófono.

A imprensa dá conta de grande número de projectos: um mega-dicionário – patrocinado pelo ex-presidente Mário Soares e pelo Presidente da Academia Brasileira de Letras António Houaiss – que será feito sob a forma de um banco de dados impresso e electrónico (Inês Dentinho: *A iniciativa de um dicionário que reúne em 270 mil entradas todas as palavras da lusofonia foi ressuscitada por Mário Soares. O Autor é Antônio Houaiss, responsável por todos os dicionários brasileiros. O custo ultrapassa o meio milhão de contos*. O Independente, 20/09/97); a criação de bibliotecas itinerantes e de um fundo de apoio à primeira obra dos novos escritores no espaço da CPLP e a fomentação da edição de livros de autores de Língua Portuguesa em todo o espaço da comunidade. São também projectos do Governo Português a constituição de um canal televisivo para a África (RTP África) e emissões para o Brasil (integradas na RTPi – Rádio Televisão Portuguesa Internacional), assim como a criação de uma Rádio direccionada quer para os países, quer para as populações da CPLP que vivem em Portugal.

Contudo, a efectivação destes projectos do Governo Português, vocacionados preferencialmente para África, têm tardado, nomeadamente, no que concerne à instalação da Televisão (*RTP África sem projecto nem data*, Diário de Notícias, 7/12/96) e da Rádio (Cristina Margato: *Governo mantém a grande desilusão: a RDP-África inicia as emissões em Lisboa a 25 de Janeiro. Com a mesma redacção e igual falta de meios, diz o responsável*, Diário de Notícias, 28/12/96).

As críticas a estes atrasos partem dos responsáveis executivos destes projectos, como é o caso do jornalista responsável pela redacção da RDP África, David Borges quando afirma não perceber se “*a África é ou não importante para o Governo português*” e que “*Criou-se a CPLP, ora esta rádio seria ‘um braço armado’*”. Não sei se o será. Porque não sei se a CPLP será um projecto para vingar” (Cristina Margato: *Governo mantém a grande desilusão: a RDP-África inicia as emissões em Lisboa a 25 de Janeiro. Com a mesma redacção e igual falta de meios, diz o responsável*, Diário de Notícias, 28/12/96).

O projecto *RTP África*, rebaptizado *África TV* é novamente anunciado em 7 de Janeiro de 1997 alterando-se o projecto inicial de lançar um simples desdobramento da RTP Internacional para África. Assim, no novo projecto são contempladas parcerias – da televisão do Estado e das duas televisões privadas portuguesas – com as televisões dos PALOP nas áreas de programação, informação e formação profissional (*África na rota das televisões*, Público, 7/01/97). No lançamento deste novo projecto o ministro adjunto do primeiro-ministro, Jorge Coelho, não deixa de salientar a importância da efectiva colaboração dos PALOP no projecto visto tratar-se “*não de um canal para os PALOP mas um canal com esses países*”. Em seguida, anuncia a futura criação de uma emissão especial da RTP para o Brasil (Sofia Rodrigues: *Lançamento da RTP-África marcado para o dia do aniversário da RTP*, Diário Económico, 8/01/97).

A 23 de Janeiro de 1997 a *RDP África*, em frequência local (101.5 mhz), inicia as suas emissões para a região de Lisboa tendo como público alvo as comunidades brasileiras e africanas (*RDP África em Lisboa no dia 23*, Público, 16/01/97). A 7 de Março a *RTP África* lança as suas emissões experimentais a partir de Lisboa (tendo Cabo Verde em linha) com um magazine diário que chega aos restantes países da CPLP através da RTP Internacional (Cristina Margato: *Um lançamento em passo apertado: a RTP-África, criada pelo Governo socialista para apoiar a CPLP, arranca hoje. Mas é o princípio de um projecto que se quer muito mais*, Diário de Notícias, 7/03/97), prevendo-se o funcionamento do canal autónomo só para o Verão (E.I.: *Co-produção com os PALOP é a prioridade: RTP África ainda não tem canal próprio*, Público, 7/03/97). É criada, também, a 23 de Maio, a *Aliança das Agências de Notícias dos Países de Língua Portuguesa* que reúne as agências noti-

ciosas destes países com o objectivo de divulgar, através de um ‘serviço central’ em Lisboa, as notícias mais importantes dos Sete (*Sete criam Agências de Língua Portuguesa: Aliança para a informação*, Público, 23/05/97).

Com pouca divulgação, e bastante eficiência, a Igreja Católica portuguesa cria mecanismos de cooperação no espaço Lusófono, nomeadamente a *Associação de Rádios de Inspiração Cristã e Expressão Portuguesa* (*Rádios criam associação para defender lusofonia*, Diário Económico, 29/10/96) enquanto a *Rádio Renascença*, também da Igreja, começa a emitir para África e para o Brasil a partir de 15 de Fevereiro. Esta programação é retransmitida, posteriormente, pelas emisoras católicas locais (E.I.: *Renascença começa hoje a emitir para África e América do Su*”, Público, 15/02/97).

Efectivam-se alguns projectos no âmbito da Cultura, Indústria de Conteúdos e Multimédia, tais como: a *Cena Lusófona*, programa de intercâmbio teatral, – desenvolvido no espaço da CPLP (Fernando Madaíl: *Cena Lusófona instala palco em terras brasileiras*, Diário de Notícias, 4/12/96); o *site* Ciberdúvidas que integra textos de escritores lusófonos e tira dúvidas da Língua Portuguesa (Sandra Augusto França: *As dúvidas da ciberlusofonia: o “site” “Ciberdúvidas”, estreado em Janeiro na Internet, ganha novas dimensões com textos de escritores lusófonos*, Diário de Notícias, 3/03/97); o projecto *Terràvista* lançado pela Iniciativa Mosaico do Ministério da Cultura que pretende disponibilizar espaço na Net para a informação e a comunicação em língua portuguesa (Rui Trindade: *O novo mapa da lusofonia*, Expresso, 22/03/97).

Talvez os Media e indústrias afins venham a criar no espaço lusófono um “refúgio do imaginário lusófono” frente à globalização e mundialização simbólica.

BIBLIOGRAFIA

- BERGER, P. e LUCKMAN, T. *A construção social da realidade*. 9ª ed., Petrópolis, Vozes, 1991.
- BOURDIEU, P. *Ce que parler veut dire: l'économie des échanges linguistiques*. Paris, Fayard, 1982.
- BOURDIEU, P. *Raisons pratiques: sur la théorie de l'action*. Paris, Seuil, 1994.
- CARVALHO, Ruy Duarte de. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa pela tangente*. In: POLITICA INTERNACIONAL, 1(13):73-82, Out./Nov., 1996.
- CUNHA, I. A construção da Opinião. In: *A Imprensa e os Africanos em Portugal*. Lisboa, CIDAC/Câmara da Amadora/Inst. da Juv., 1996.
- CUNHA, I. Balanço da Imprensa 1995. In: *A Imprensa e os Africanos em Portugal*. Lisboa, CIDAC/Câmara da Amadora/Inst. da Juv., 1996.

África: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, 20-21: 105-125, 1997/1998.

DIJK, T. A. Van. *Elite Discourse and Racism*. London, Sage, 1993.

DIJK, T. A. Van. Discourse and cognition in society. In: CROWLEY, D. e MITCHELL, D. *Communication Theory Today*. London, Polity Press, 1994.

ENNES FERREIRA, M. e ALMAS, R. Comunidade Económica ou parceria para o desenvolvimento: o desafio do multilateralismo na CPLP. In: *Política Internacional*, 1(13):35-71, Out./Nov., 1996.

GARCIA, J. L. Os jornalistas portugueses enquanto actores do espaço público mediatizado: legitimidade, poder e interpermutação. REV. COMUNICAÇÃO E LINGUAGENS: COMUNICAÇÃO E POLÍTICA. 21-22:365-382, 1995.

KATZ, E. Os acontecimentos mediáticos: o sentido de ocasião. In: TRAQUINA, N., org. *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*. Lisboa, Vega, 1993. p. 52-60.

KEPPLINGER, H. e HABERMEIER, J. The Impact of Key Events on the Presentation of Reality. In: *EUROPEAN JOURNAL OF COMMUNICATION*, 10(3): 1995.

McQUAIL, D. *Mass Communication theory*. London, Sages, 1987.

MESQUITA, M. Tendências da comunicação política. REV. COMUNICAÇÃO E LINGUAGENS: COMUNICAÇÃO E POLÍTICA. 21-22:383-402, 1995.

SCHUDSON, M. Porque é que as notícias são como são?. REV. COMUNICAÇÃO E LINGUAGENS, 8:17-26, 1988.

TODOROV, T. *Nós e os Outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1993.

ABSTRACT: This work analysis the *Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP* (Community Portuguese Speaking Countries), taking in account its treatment by the Portuguese reference press since its creation: 17 July 1996. The most frequent topics are identified, through a survey of the Portuguese press, aiming to identify a renewed colonial bias in the speech used by the press.

Keywords: CPLP; Portuguese press.